

ALTERNATIVA AO DESENVOLVIMENTO OU ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO? O BEM VIVER EM CONTRASTE AO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Por Daniel Porcel

1. DE ONDE SURGE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO COMO PROPOSTA GLOBAL E UNIFICADORA E POR QUE O NATURALIZAMOS COMO ÚNICA VIA HISTÓRICA PARA AS NAÇÕES?

A análise do Sistema Mundo ou Sistema Internacional é atravessada pela história das hegemonias mundiais, que, por sua vez, não foram muitas e tampouco duradouras – como nos atesta Wallerstein (1980), a partir de uma compreensão braudeliana dos processos históricos de longa duração. A conformação de um Sistema Internacional regido por organismos internacionais da estrutura das Nações Unidas – ONU –, no pós-Segunda Guerra Mundial, inaugurou a hegemonia estadunidense no Sistema-Mundo, compartilhada a princípio com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, após a queda do muro de Berlim, em 1989, uma hegemonia solitária.

A contribuição de Wallerstein (1980) em sua obra “O Sistema Mundial Moderno, vol. I, II e III” – por meio da compreensão das estruturas do Sistema Mundo a partir da divisão internacional do trabalho e, portanto, partindo-se do princípio de desenvolvimento do capitalismo e de expansão do capital – nos é pertinente nesse trabalho para contextualizar com mais clareza como o discurso e o conceito de desenvolvimento se conformaram, se consolidaram e, por fim, se naturalizaram. A divisão entre centro, periferia e semiperiferia, elaborada tanto na Teoria da Dependência¹ nos anos 50 e 60 na América Latina quanto na Teoria do Sistema Mundial de Wallerstein, guarda grande importância dentro do debate que pretende ser feito a seguir, evidenciando também suas limitações.

É neste contexto histórico-espacial, entre o território europeu e o norte-americano, que se pretende localizar a análise sobre o discurso do desenvolvimento e de seus ‘sobreno-

1 A Teoria da Dependência, ao contrário do que possa parecer, não é constituída apenas por uma vertente teórica e sim um campo que abarcou e ainda abarca uma heterogeneidade de concepções acerca das relações centro-periferias. Algumas visões são mais moderadas e reformistas (no sentido de consonância com o sistema capitalista), como a concebida por Fernando Henrique Cardoso, outras mais radicais e vinculadas à análise estruturalista marxista.

mes, à medida em que foi sendo construído e se consolidando como único caminho possível para o desenvolvimento histórico das nações. Este ponto de inflexão importante reverberou diretamente no rearranjo das nações no novo Sistema Internacional – algumas em processo incipiente de formação, atravessadas pelos processos de descolonizações por meio da Conferência de Bandung, como Índia, Indonésia e Paquistão; outras, em processo de consolidação de suas hegemonias que pautarão o mundo bipolar das próximas décadas; e um ‘filho’ do próprio reconcerto internacional por meio do Sistema ONU, Israel.

Nesse sentido, pode ser considerado, segundo Acosta (2016), o dia 20 de janeiro de 1949 como marco histórico que propõe o desenvolvimento como “imperativo global”. Isso foi materializado em um discurso do recém reeleito presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, ao expor a dicotomia da estrutura de poder do Sistema Mundo de maneira simples: diferenciando os EUA, o centro do mundo, que conseguiu alcançar o desenvolvimento, do resto das nações, os subdesenvolvidos:

Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas. Mais da metade da população mundial está vivendo em condições que se aproximam da miséria. Sua alimentação é inadequada. Elas são vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estancada. Sua pobreza é um lastro e uma ameaça tanto para eles mesmos quanto para as regiões mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui conhecimentos e habilidades para aliviar o sofrimento dessas pessoas.

O marcante discurso no Congresso Nacional² ainda prossegue com a proposição dos EUA de ser o mandatário e a liderança desta nova etapa do Sistema Mundo, ideologicamente moldada pelo desenvolvimento:

Nosso propósito teria de ser o de ajudar os povos livres do mundo para que, através de seu próprio esforço, produzam mais alimentos, mais vestimentas, mais materiais para suas casas e mais potência mecânica para aliviar suas cargas. (...) Tem de ser um esforço global para obter paz, plenitude e liberdade. Com a cooperação das empresas, do capital privado, da agricultura e da mão de obra deste país, este programa pode aumentar a atividade industrial em outras nações e melhorar substancialmente seus padrões de vida. (...) O velho imperialismo - exploração para benefício estrangeiro - não tem lugar em nossos planos. O que vislumbramos é um programa de desenvolvimento baseado nos conceitos de uma relação limpa e democrática.

É evidente que a ideia de desenvolvimento, aliada ao conceito profundo de progresso (seja ele econômico, humano, espiritual) não é formulada pela primeira vez pelos responsáveis por escrever o discurso de Truman, nem tão pouco entoada de forma inaugural pelo presidencial. O que se pretende demonstrar aqui é a estrutura que possibilitou que este conceito vigorasse desde então como proposta global e, dessa forma, globalizante e unifica-

2 Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gytbJo_bmxA.> Acesso em 21 de novembro de 2018.

dora das nações do Sistema Mundo. A partir de então, ela esteve organizadas em torno da ONU: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e diversas agências da ONU voltadas para o desenvolvimento, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

O curto período passado entre a década de quarenta e os dias atuais nos afirmam que a dicotomia histórica do Sistema Mundo se manteve operante por meio da atualização de seus termos: império-colônia, centro-periferia, Primeiro Mundo-Terceiro Mundo, desenvolvido-subdesenvolvido ou em ‘via de desenvolvimento’. O último termo, comum nos meios diplomáticos, nos demonstra como foi centrado os esforços da cooperação internacional, das políticas domésticas dos países e das teorias acadêmicas em prol de um horizonte que fosse comum, mas que cada vez mais, mostra-se impossível de ser alcançado como proposto na lógica do capitalismo.

Embora a maioria dos países tenha tentado seguir o caminho do desenvolvimento proposto como modelo universal, poucos ou quase nenhum conseguiu. Se tomarmos dados acerca da fome no mundo, ou da situação dos bens naturais e do que ainda resta da biodiversidade e ecossistemas no planeta, veremos que os índices são alarmantes, e que o conceito de desenvolvimento mais se assemelha a um ‘vale-tudo’ que acaba por concentrar cada vez mais riquezas nas mãos de menos pessoas, como aponta o relatório da OXFAM de 2017³. Como afirma o sociólogo José Maria Tortosa, “o funcionamento do sistema mundial contemporâneo é mau desenvolvedor”, pois ele é desigual entre as nações e suas populações, inclusive nos países ditos desenvolvidos, já que se trata de um desenvolvimento que segue uma lógica da busca incessante pela maximização do lucro, redução dos custos de produção e uso ilimitado dos bens naturais.

Nesse cenário, é evidente que diversas críticas e alternativas ao desenvolvimento surgiram e continuam surgindo, de maneira a repensar os caminhos históricos traçados e os possíveis e potenciais trajetos que devemos seguir. Embora o mundo contemporâneo não esteja atravessado por guerras mundiais, é necessário admitir que se encontra em crise, estando vinculada diretamente aos limites do desenvolvimento, especialmente nos países ditos do Terceiro Mundo. A análise de Acosta (2016), em consonância com o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000) nos atenta que

A diversidade de posições em torno do desenvolvimento é muito clara no caso latino-americano, o que explica a “frustrada biografia” da ideia de desenvolvimento na região, mudando “muitas vezes de identidade e de sobrenome, arrastando entre um reducionismo economicista consistente e as insistentes reivindicações de todas as outras dimensões da existência social. Ou seja, entre muito diferentes interesses de poder”, no dizer de Aníbal Quijano (2000). Inicialmente, suas promessas foram mobilizadoras, acrescenta Quijano, “mas foram se eclipsando em um horizonte cada vez mais esquivo, e seus defensores e seguidores foram enjaulados pelo desencanto.

Assim, é importante atestar que a crise existencial do próprio conceito de desenvolvi-

3 Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/noticias/super-ricos-estao-ficando-com-quase-toda-riqueza-as-custas-de-bilhoes-de-pessoa>>. Acesso em 21 de novembro de 2018.

mento está atrelada a uma crise maior no Sistema Mundo, tratado por Arrighi como “caos sistêmico” – operante de maneira cíclica, porém guardadas suas próprias características histórico-territoriais. Ocorreu com a ascensão e queda da hegemonia holandesa, da britânica, e ocorre hoje, com o declínio da hegemonia norte-americana. Nesse sentido, o caos sistêmico é ao mesmo tempo um processo de ruptura e de luta pela manutenção do *status quo*. O conceito gramsciano de *interregno*, pois, pode nos ser útil para elucidar o caos sistêmico: quando o velho está morrendo e o novo ainda não pôde nascer.

A tese central de Arrighi é que as expansões financeiras foram um fator de impulso das crises hegemônicas anteriores e da transformação dessas crises em colapsos. Esse movimento expansivo termina por levar ao chamado “caos sistêmico” – com o aumento da competição interestatal e interempresarial –, à escalada dos conflitos sociais e à emergência de novas configurações de poder. São três processos que se repetiram em duas outras transições hegemônicas: da hegemonia holandesa para a britânica, no século XVIII, e da britânica para a norte-americana, no final do século XIX. Feita a extensa análise histórica dessas transições, Arrighi parte para o ponto ousado da obra: a aposta de que processos similares aos que já ocorreram nas transições hegemônicas do passado acometem os Estados Unidos e sugerem o início de um processo de crise e ruptura hegemônica. (MORAIS, 2003)

Assumindo o caos sistêmico como um retrato da realidade mundial atual, um processo político conturbado e de longa duração, pode-se entender as razões pelas quais existem tantos esforços para a manutenção do desenvolvimento como imperativo global, dando-lhe sobrenomes ou máscaras, especialmente a partir da década de 60. Alguns exemplos são o desenvolvimento social, humano, ambiental, etnodesenvolvimento e um de seus maiores expoentes hoje, o desenvolvimento sustentável, que será melhor aprofundado e discutido a seguir. Por outro lado, a disputa dos rumos do pós-desenvolvimento também encontra-se em plena vigência, forjada nas lutas populares, retomando saberes ancestrais indígenas (na América Latina, especialmente as cosmovisões andinas e amazônicas), propondo novos horizontes para a sociedade e as nações que compõem o Sistema Mundo capitalista atual. Esse é o caso do Bem Viver, cosmovisão que questiona o conceito de desenvolvimento e o neoextrativismo, que compõem o pilar do imperativo global que aqui se analisa, pouco preocupado com os bens naturais, popularmente denominado de recursos naturais, supostamente de livre e ilimitado usufruto do ser humano.

É dentro dessa disputa, assumindo o esgotamento dos caminhos para a manutenção do desenvolvimento como imperativo global que o trabalho pretende seguir a partir de agora, contrastando o conceito de desenvolvimento sustentável (alternativa de desenvolvimento) com a cosmovisão do Bem Viver (alternativa ao desenvolvimento).

2. O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento sustentável surge no fim dos anos 60, a partir de uma

crítica ao crescimento econômico desenfreado observado no pós-Segunda Guerra Mundial, pautado pelo modelo neoextrativista.⁴ Esse foi o momento no qual ele se consolidava como nova prática para enriquecer os países que exploravam as jazidas de bens naturais existentes (não necessariamente dentro de seus territórios), especialmente o petróleo.

O ano de 1968 é emblemático por uma reunião, acontecida em uma vila nos arredores de Roma, entre cientistas e personalidades políticas e empresariais da época, entre eles o presidente honorário da Fiat, Aurelio Peccei. A este encontro e aos posteriores que se seguiram, se deu o nome de Clube de Roma. Um dos encaminhamentos das reuniões foi a realização de um estudo encomendado à cientistas da Massachusetts Institute of Technology (MIT) sobre as consequências ambientais frente ao ritmo do desenvolvimento da época, culminando na produção do relatório “Os limites do desenvolvimento” em 1972.

No entanto, o conceito em questão só é amplamente difundido a partir de um relatório produzido pela ONU, em 1987, chamado “Nosso Futuro Comum”, o qual traz à tona preocupação em satisfazer as necessidades das gerações atuais por meio do desenvolvimento, sem comprometer a capacidade de gerações futuras também gozarem de recursos suficientes para satisfazer suas necessidades. Ao inaugurar, no âmbito do Sistema ONU, a preocupação sobre a conservação do meio ambiente e a reflexão acerca do crescimento econômico desenfreado, propôs-se uma reorientação para as nações acerca dos rumos do desenvolvimento. A repercussão gerada pelo relatório culminou, cinco anos depois, na Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco-92 ou Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro e reunindo mais de 100 chefes de Estado para debater os princípios do desenvolvimento sustentável. Houve uma atmosfera de otimismo geral para com a movimentação de uma suposta governança global, filha da globalização e pretensiosamente harmônica entre os Estados e respeitosa com o meio ambiente. Outras atualizações da Conferência Rio 92 ocorreram posteriormente, como a Rio+10 em Johannesburgo e a Rio+20 ocorrida no próprio Rio de Janeiro.

Tais cúpulas, embora tivessem ambições válidas em sua fundação, mostraram-se estereis e pouco propositivas em questão de metas, prazos e poder persuasivo e coercitivo. Acabaram reproduzindo a própria estrutura do *hegemon* no Sistema Mundo, direcionando a narrativa de Estados Unidos, Rússia e China para uma concepção de desenvolvimento sustentável que lhes seja benéfica, ou seja, pouco incisiva, já que são estas (somadas à Índia) as nações mais representativas do desenvolvimento desenfreado e poluente.

Concebido como uma alternativa de desenvolvimento, a discussão acerca do desenvolvimento sustentável apontou críticas ao ritmo e ferocidade de algumas facetas do desenvolvimento, porém carece de reflexões estruturais e profundas que pudessem de fato frear ou transformar o conceito de desenvolvimento, apresentando-se como nada mais que uma reforma branda e que repousa mais no campo das ideias e dos discursos do que na práxis

4 Segundo Milanez e Santos (2013, p. 10), a ideia de neoextrativismo corresponderia a uma reconfiguração do extrativismo, conceito cunhado para definir um conjunto de estratégias de desenvolvimento ancoradas em um grupo de setores econômicos que removem um grande volume de recursos naturais para comercialização após nenhum ou quase nenhum processamento. O conceito normalmente se refere a atividades desenvolvidas em enclaves e voltadas à exportação.

das nações e da sociedade civil. Embora haja uma gama de vertentes teóricas sobre o desenvolvimento sustentável e sobre a sustentabilidade, não é o foco deste trabalho debruçar-se sobre elas, por mais que se considere importante diferenciá-las para qualificar a crítica que se propõe sobre esse conceito e imperativo.

Por fim, o marco mais recente do sistema ONU para afirmar seu compromisso com o Desenvolvimento Sustentável é a proposição dos “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”, conformando o documento-compromisso denominado “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”⁵, amplamente divulgado pela ONU e pelo PNUD. Dessa vez, ele está mais sólido e detalhado, estabelecendo metas, indicadores e propostas que possam orientar as políticas tanto domésticas quanto de cooperação internacional até 2030. Ao todo, são 17 objetivos e 169 metas.

Embora a Agenda para 2030 em questão traga avanços em comparação às diretrizes estabelecidas nas conferências para o desenvolvimento sustentável anteriores, é importante evidenciar dois fatores que limitam a concretização da Agenda. O primeiro concerne ao fato da própria estrutura normativa na qual a Agenda repousa: por não ser vinculante, conforma-se como documento propositivo e orientador. As relações de poder no Sistema Mundo evidenciam que o *hegemon* não necessariamente seguirá essa Agenda se não lhe for interessante e benéfica. O segundo fator repousa sob águas mais profundas, e tem relação com o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável concebido pela ONU e pelos documentos e Conferências comentados aqui: não há qualquer proposição de mudanças estruturais ou radicais no conceito convencional de desenvolvimento, apenas uma renomeação, uma nova roupagem à mesma ideologia. Não se pretende, em nenhum momento, repensar a lógica neoextrativista, a indústria da carne, da soja e dos demais monocultivos, ou seja, nenhuma alternativa que possa conceber superar a lógica da ideologia do desenvolvimento.

3. O BEM VIVER COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO E OPORTUNIDADE PARA SE PENSAR NOVOS MUNDOS

Há que se considerar, então, que a ideia de desenvolvimento é uma armadilha. Em 1982, Wolfgang Sachs já havia apresentado a suspeita de que o desenvolvimento foi um empreendimento mal concebido desde o começo. Na verdade, não é o fracasso do desenvolvimento que devemos temer, mas seu êxito. Como seria um planeta completamente desenvolvido? Não sabemos, mas certamente seria monótono e repleto de perigos. Posto que o desenvolvimento não pode ser separado da ideia de que todos os povos do planeta estão se movendo em um mesmo caminho rumo a um estado de maturidade, exemplificado pelas nações que conduzem essa visão, os tuaregues, os zapotecos ou os rajastães não são vistos como se vivessem modos diversos e não comparáveis da existência humana, mas como povos carentes do que foi obtido pelos povos avançados. Em consequência, decretou-se que alcaná-los seria sua tarefa histórica. Desde o começo, a agenda do desenvolvimento não era nada mais que a ocidentalização do mundo (ACOSTA, 2016, p.81 apud SACHS, 1982).

5 Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 05/12/2018.

Chegada a parte conclusiva deste trabalho, nos resta a complexa tarefa de apresentar brevemente a proposta do Bem Viver como alternativa de desenvolvimento e contraponto ao desenvolvimento sustentável. Esta cosmovisão holística tem sua origem nos territórios andinos e amazônicos da América, ou Abya Yala⁶: *sumak kawsay*, em quéchuá, *suma qamaña* em aymara e *ñandereko*, em guarani. Por se tratar de um conceito ainda em construção, embora parta de saberes ancestrais, é evidente que se trata de uma visão pós-desenvolvimentista do mundo, ao reconhecer a Mãe Terra (*Pacha Mama*) como sujeito de direitos. Propondo uma mudança radical de modo de vida, de percepção de uma vida harmônica e em complementariedade entre os povos e a natureza, o Bem Viver contesta diretamente a lógica do desenvolvimento como imperativo global ocidentalizante.

Ao conceber uma cosmovisão diferente da visão ocidental e hegemônica, o Bem Viver, como utopia dos povos originários e proposta da periferia, localiza-se dentro da teia das epistemologias do Sul global, conceito utilizado por Boaventura de Sousa Santos. Portanto, conforma-se como teoria, saber e proposta decolonial e contra-hegemônica, caracterizando-se por ser uma cosmovisão que preza por sua memória ancestral e sabe rebuscá-la quando necessário, sem romantismos. Ao propor a superação das dicotomias perpetuadas pelo sistema capitalista e pelo imperativo unificador do desenvolvimento, o Bem Viver expressa seu grande contraponto ao desenvolvimento sustentável, embora uma percepção superficial sobre a temática possa deixar parecer que ambos os conceitos padecem de sintonia ideológica, em um primeiro momento.

Alguns saberes indígenas não possuem uma ideia análoga a de desenvolvimento: não existe a compreensão de um processo linear de vida que estabeleça um estado anterior e outro posterior, a saber, de subdesenvolvimento e desenvolvimento, dicotomia pela qual deveriam transitar as sociedades para a obtenção do bem-estar, como ocorre no mundo ocidental. Tampouco existem conceitos de riqueza e pobreza, determinados, respectivamente, pela acumulação e pela carência de bens materiais. (ACOSTA, 2016, p.71).

Para compreender melhor esta cosmovisão, é preciso diferenciar o “viver melhor” ou o bem-estar capitalista, do “viver bem”. Viver melhor em um mundo individualista e neoliberal, com bens naturais limitados e escassos, significa que outros terão que viver pior. Viver bem, por sua vez, significa ousar superar a lógica ocidental monolítica: eu só vivo melhor, se meu vizinho também viver, em consonância com nosso entorno geográfico-espacial, nosso território natural, nossos bens, também viverem. Nesse sentido, o Bem Viver configura-se como uma proposta radical, que ousa contestar instituições e conceitos tão bem consolda-

6 Para Porto Gonçalves (2009, p.25) Abya Yala vem sendo usado como uma autodesignação dos povos originários do continente em oposição a América, expressão que, embora usada pela primeira vez em 1507 pelo cosmólogo Martin Wakdseemüller, só se consagra a partir de finais do século XVIII e inícios do século XIX, adotada pelas elites crioulas para se afirmarem em contraponto aos conquistadores europeus, no bojo do processo de independência. Muito embora os diferentes povos originários que habitavam o continente atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam – Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama –, a expressão Abya Yala vem sendo cada vez mais usada por esses povos, objetivando construir um sentimento de unidade e pertencimento.

dos, hoje naturalizados, como o desenvolvimento, o Estado-nação, o neoextrativismo, a concepção ocidental sobre a natureza e a própria modernidade. Admite-se, portanto, a incompatibilidade da preservação da vida e dos bens naturais da terra dentro da lógica capitalista, no qual o desenvolvimento sustentável se circunscreve, face da mesma moeda do ecocapitalismo ou capitalismo verde.

Feitas as críticas à ideologia do desenvolvimento e à sua roupagem por meio do desenvolvimento sustentável, é de vital importância construir alternativas ao desenvolvimento que sejam responsáveis com o futuro da vida e dos bens naturais no planeta, ou seja, contribuir de alguma maneira para um marco de transformação civilizatória. Não se trata, portanto, de uma proposta monolítica, universal e globalizante, como é o caso do desenvolvimento, senão valorizar cada saber disperso entre os povos, as diferentes formas de economia solidária, e promover, sem hierarquias, uma mescla ao rigor científico ocidental, disputando-o por meio de uma epistemologia do Sul. Engana-se quem pensa que o Bem Viver seja uma cosmovisão estritamente indígena feita para os indígenas – há diversos “bens viveres” no mundo, ou bons conviveres. Como nos atesta o filósofo catalão-boliviano Xavier Albó, alguns existiram e foram dizimados, outros resistem e outros ainda passam por um processo de nascimento.

A proposta do Bem Viver, direcionada à sociedade global, pode até encontrar suas consonâncias iniciais com algumas medidas da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030. Porém, ao fazer questionamentos profundos à lógica sob a qual a sustentabilidade é pautada dentro do capitalismo, ambos os conceitos necessariamente vão de encontro. A crise do Sistema Mundo analisada no início deste trabalho acompanha, como sabemos, uma grave crise ecológica, não descolada da crise social – e exige alternativas concretas para não sucumbir. A estratégia do capital, naturalmente, é a auto-sabotagem, para reconstruir-se a partir de então, sob novas roupagens, a partir de pequenas reformas ou concessões que possam garantir a manutenção da estrutura capitalista. Não é de se espantar, portanto, que as alternativas à crise do Sistema Mundo venham da própria hegemonia, propondo soluções para a periferia, ou Terceiro Mundo por meio de suas agendas globalizantes.

Segundo Gudynas (2011)⁷, é possível sistematizar de certa forma a plataforma do Bem Viver como uma ontologia de uma nova visão de mundo:

En primer lugar, se abandona la pretensión del desarrollo como un proceso lineal, de secuencias históricas que deben repetirse. El Buen Vivir, en cambio, no tiene una postura ni lineal ni única de la historicidad. Como segundo punto, se defiende otra relación con la Naturaleza, donde se la reconoce sujeto de derechos, y se postulan diversas formas de continuidad relacional con el ambiente. En tercer lugar, no se economizan las relaciones sociales, ni se reducen todas las cosas a bienes o servicios mercantilizables.

Compreender, assimilar e participar da construção do conceito de Bem Viver, dessa maneira, resulta tarefa difícil, porém necessária frente à crise hegemônica do Sistema Mundo que se vivencia, especialmente frente a crise ecológica, que já demonstra seus índices alarmantes. Contestar a Modernidade, seus valores indiscutíveis e suas instituições pode ser um

7 Disponível em: <<https://www.alainet.org/es/active/48052>>. Acesso em 05 de dezembro de 2018.

primeiro passo efetivo para debruçar-se sobre a construção de uma nova civilização, na qual as alternativas propostas realmente possam vislumbrar novos horizontes e uma vida em sociedade harmônica, como propõe o Bem Viver, certo de que o ser humano também é parte complementar e recíproca da Mãe Natureza.

Referências Bibliográficas

ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. 2. ed. São Paulo: Elefante Editora, 2010. 135 p.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento** / Giovanni Arrighi ; | tradução de Sandra Gardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes , 1997. - (Coleção Zero à Esquerda)

LOPEZ, Pavel; GUERREIRO, Luciana. **Pueblos originarios en lucha por las autonomías: experiencias y desafíos en América Latina**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2016.

LOWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecosocialista**. Cad. CRH, Salvador , v. 26, n. 67, p. 79-86, Apr. 2013. Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792013000100006>>. access on 17 Sept. 2018.

MARTINS, J. R. (2015). Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual? **Iberoamérica Social: Revista-red de estudios sociales (V)**, pp. 95-108. Recuperado de <<http://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual>>.

MORAIS, Isabela Nogueira de. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba , n. 21, p. 203-206, Nov. 2003. Available from <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200016>>. access on 21 Nov. 2018.

Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales, 2000, Vol. 6 N° 2 (mayo-agosto), pp. 73-90

QUIJANO, Anibal. **El fantasma del desarrollo en America Latina**. Revista Cesla, Lima, v. 1, n. 1, p.39-55, 01 jan. 2000.

WALLERSTEIN, I. **A CRISE ESTRUTURAL NO SISTEMA-MUNDO: PARA ONDE VAMOS A PARTIR DAQUI?**, 2000. Via Atlântica, (21), 15-26. <<https://doi.org/10.11606/va.v0i21.51014>>.